

ATA DA
19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE ODIVELAS

No dia 9 de outubro de 2013, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu-se a Câmara Municipal de Odivelas nas instalações dos Paços do Concelho – Quinta da Memória, em Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1.1 – Aprovação da Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 20 de Outubro de 2010. -----

2.1 – 11ª Alteração Orçamental - 13ª Modificação Orçamental. (DJGFP/DFA) -----

3.1 – Proposta de Aprovação da Matriz para o Concelho de Odivelas, no âmbito do Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo - (CCDR-LVT). (GVCMB) -----

3.2 – Proposta de Aplicação da Medida Cautelar de Encerramento para o Estabelecimento denominado “Dolce & Bianco”, sito na Rua Augusto Alexandre Jorge, Lt 7, Loja Dta. – Freguesia de Odivelas. (DJGFP/DJFM) -----

5.1 - Proposta de Aprovação da Alteração ao Alvará de Loteamento nº 6/2007 do Bairro dos Carrascais, Freguesia de Caneças, para o Lote 94, em Nome de Joaquim Augusto da Cruz Amado – Processo nº 9942/LO/GI. (DGOU) -----

5.2 - Proposta de Aprovação da Alteração ao Alvará de Loteamento nº 10/2002 do Bairro Sete Quintas (AUGI II), Freguesia de Caneças, para os Lotes 3 e 5, em Nome de João Rosa Alves e Alfredo Francisco Pereira – Processo nº 1376/LO/GI. (DGOU) -----

5.3 - Proposta de Aplicação de Condições Especiais para o Pagamento das Taxas Devidas pela Emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento nº 3/2009 do Bairro Novo de Santo Eloy, Freguesia da Pontinha, para os Lotes 1, 2, 3, 4, 6, 11, 17, 18, 19, 20 e 50, instruído por Salomé dos Santos Marta e Outros – Processo nº 47251/RC. (DGOU) -----

A reunião iniciou-se com as seguintes presenças: -----

Presidente: -----

SUSANA DE CARVALHO AMADOR -----

Vereadores: -----

HERNÂNI MANUEL MARQUES CARVALHO -----

MARIA DA LUZ NOGUEIRA -----

MÁRIO MÁXIMO DOS SANTOS -----

CARLOS MANUEL MAIO BODIÃO -----

HUGO MANUEL DOS SANTOS MARTINS -----

RUI MANUEL RODRIGUES FRANCISCO -----

MARIA FERNANDA MARCELO FARIA DUARTE FRANCHI -----

PAULO CÉSAR PRATA TEIXEIRA -----

PAULO NUNO BARROSO DO AIDO -----

A Senhora Vereadora Sandra Pereira não esteve presente na reunião tendo sido a sua falta devidamente justificada.-----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria (Mod. T2) do dia sete de outubro de dois mil e treze, no qual consta que as disponibilidades resultantes de operações orçamentais e de tesouraria se cifram em € 3.960.391,18 (três milhões, novecentos e sessenta mil, trezentos e noventa e um euros e dezoito cêntimos).-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

A Senhora Presidente deu conhecimento aos Senhores Vereadores, através do Portal Digital, dos seguintes documentos:-----

- Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 2ª Trimestre de 2013;-----

- Cedência de transporte no mês de setembro ao abrigo do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo de Odivelas (PAADO) - Cessação de obrigatoriedade de deliberação em Reunião de Câmara. --

Aberto o período para intervenções, usaram da palavra: -----

O Senhor Vereador Rui Francisco, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Muito Obrigado Sra. Presidente -----

Bom dia a todos. -----

Sra. Presidente são duas as questões que tenho para colocar no âmbito deste período de antes da ordem do dia. -----

A primeira tem a ver com o seguinte: não sei se a Sra. Presidente acompanhou, ou se lhe deram nota de uma notícia, que para nós é notícia, da Assembleia Geral do Sporting, realizada há pouco tempo, e o que constituiu notícia, de facto, foi a resposta do Senhor Presidente do Conselho Diretivo do Sporting, Bruno de Carvalho que, quando instado por um associado, a propósito do protocolo do direito de superfície com a Câmara Municipal, grosso modo disse que teria existido a extinção do processo do direito de superfície, que o Sporting teve que levar a Assembleia Geral de Sócios, naturalmente, se devia ao facto de terem sido encontradas algumas irregularidades e algumas comissões por pagar. Aliás a notícia diz isto: “Carvalho denuncia comissões de Odivelas e ameaça com um documento que comprova gastos extras”. -----

A notícia é assim colocada nos órgãos de comunicação social, com o nome de Odivelas, e a propósito de um processo com a Câmara Municipal de Odivelas, era importante se não alertaram a Sra. Presidente para facto, era importante a Senhora Presidente delegar em alguém a leitura atenta desta notícia e tentarmos perceber se há aqui algum tipo de matéria que nos obrigue a tomar uma posição, pelo menos no sentido de esclarecer aquilo que foram as palavras do Senhor Presidente do Sporting, porque é o nome de Odivelas, foi o negócio que correu mal com a Câmara de Odivelas e depois há alusão a comissões, e foi dito assim pelo Presidente. Eu não estive na Assembleia Geral de Sócios do Sporting, mas com certeza que terão existido, se calhar até membros da administração deste Executivo que possam ter estado, portanto era importante nós clarificarmos isto, e em nome da defesa e do bom nome, passo a redundância da Câmara Municipal de Odivelas, era importante que não ficasse aqui nenhuma questão por esclarecer e que a Câmara se saiba defender relativamente à lisura deste processo. Eu depois posso-vos mandar o “link” da notícia. -----

Nós sabemos que nas Assembleias Gerais, os Presidentes das Direções dos Clubes dizem tudo para se justificarem a si e às suas ações, mas não me ficaria bem, enquanto eleito nesta Câmara, e vendo o nome de Odivelas e da Câmara envolvido neste tipo de declarações, não pedir à Senhora Presidente que pelo

menos tente saber mais do que aquilo que nós sabemos neste momento. Como eu li a notícia, muitas pessoas leram a notícia e o que se sabe é que houve um processo que começou e que acabou, quando há referência a comissões que obstaram a que o processo tivesse o seu curso normal, obviamente isto merece ser investigado e pedidos os esclarecimentos que a Câmara assim o entender porque nós, na ausência de justificações também o vamos fazer. -----

Segunda questão, a Senhora Presidente, através do Portal, faz chegar aos Vereadores desta Câmara o relatório do 2º trimestre da Municpália, relatório este, que sendo do 2º trimestre deve ter ficado concluído e presente ao acionista único, calculamos nós, à semelhança do que aconteceu em 2011, por exemplo, nos primeiros 15 dias de julho, durante o mês de julho, mas só hoje nos é dado conhecimento. -----

Quero muito objetivamente perguntar à Senhora Presidente de Câmara se já fez a leitura dos números e pedir a sua interpretação do que está em cima da mesa. O relatório que nos foi presente demonstra um acumular, sem precedente, do exercício negativo ao fim de seis meses, e nós que, recorrentemente, fazemos referência ao desequilíbrio das contas da nossa empresa estamos habituados a estes exercícios com prejuízos quando os documentos são apresentados, mas ao fim de seis meses, irmos já com duzentos e trinta mil euros de exercício negativo é muito, muito preocupante e esta reunião é privada, podemos falar, podemos e devemos falar completamente à vontade, como de resto o devemos fazer em todas as outras, mas queria alertar a Senhora Presidente, para o facto de esta empresa estar em risco, até de acordo com a lei do setor empresarial local, porque neste momento aquilo que gera do ponto de vista das suas receitas é inferior ao rácio que deve ter do ponto de vista dos seus gastos para assegurar a sustentabilidade e a Senhora Presidente apresentou, há um ano atrás, como uma grande medida de gestão, passar a gestão do Pavilhão Multiusos para a Empresa Municipal e na altura, dissemos aqui, que isso poder-se-ia traduzir num presente envenenado para a Municpália, porque os custos de manutenção associados ao tipo de atividades que ali se desenvolvem são elevados e que não iria haver um retorno financeiro por parte da empresa. Foi precisamente isso que se verificou Senhora Presidente. -----

Para além da dívida do Sporting, no valor de quase noventa mil euros, temos ainda que registar uma dívida de cento e cinco mil euros da Câmara Municipal de Odivelas à Municpália, e gostaria, que a Senhora Presidente nos explicasse a que é que se reporta esta verba. Só na rubrica dívida de clientes, neste dois clientes, Câmara Municipal de Odivelas e Sporting Clube de Portugal temos mais de cento e noventa mil euros, e obviamente que isto deve ser justificado e deve ser esclarecido. -----

Este resultado negativo do 1º semestre de 2013, seria ainda pior se a Câmara não tivesse pago em junho passado os quase trezentos mil euros de cobertura de prejuízo do exercício de 2012. Se isso não tivesse acontecido, tínhamos gravíssimos problemas de tesouraria na empresa e não conseguiríamos de certeza pagar aos nossos trabalhadores. Este facto permitiu inclusive baixar o valor da conta caucionada para sessenta mil euros, que é o único dado positivo que nos chega de todo o relatório. -----

Chamo também à atenção, Senhora Presidente, para a forma como está elaborado o próprio relatório, que numa leitura menos atenta pode induzir em erro. Nós introduzimos na análise das contas da nossa empresa municipal uma coisa que é um instrumento contabilístico que é a análise contabilística, a contabilidade analítica, isto porque essa permite-nos aferir a diferença entre aquilo que é o custo social da empresa, aquilo que a Câmara, ao fim ao cabo, pelo tipo de atividade que a empresa tem, deve participar e aquilo que é o custo real, o que é que a contabilidade analítica faz é pegar nos preços de mercado e os praticados pela Municpália e faz a diferença e o valor encontrado é o custo social. -----

Bom, nesses primeiros seis meses, esse total assumido pela Municpália, é na ordem dos quase cinquenta e oito mil euros, portanto a diferença, mas a Municpália afeta todo o subsídio à exploração, apenas e só para a Malaposta, que resulta do contrato que nós temos com a Municpália, que é como que um contrato social com a Municpália onde a Câmara assume esse custo social. Portanto há aqui um desequilíbrio, que não se explica, obviamente, e é claro para todos, à luz destes documentos, que a Câmara está a pagar como subsídio à exploração muito mais que a diferença dos preços de mercado e os preços que a Municpália, por via da sua ação social, desenvolve e isto tem que ser corrigido. Sabe porquê Senhora Presidente? -----

Porque depois o que nós vamos constatar é que o subsídio à exploração afinal não é para cobrir o exercício social da empresa, é para cobrir um conjunto de outras coisas e é importante que quem faz os relatórios seja rigoroso porque o que se diz, a determinado momento, é que o valor total do subsídio à exploração, quinhentos e noventa e três mil euros, é afeto à atividade da Malaposta, contra os seiscentos e sessenta e três do lado dos gastos, isto é uma falácia, e depois diz que há desequilíbrio por causa do custo social, não é que a estes seiscentos e sessenta e três mil há que juntar a receita da Malaposta porque senão, estas contas, obviamente darão sempre um desequilíbrio é que para além do subsídio à exploração a empresa e

Malaposta continuam a gerar receitas, a um valor inferior àquilo que são outras entidades promotoras da atividade cultural que praticam preço de mercado, é verdade, mas apresentar assim o relatório, peço a vossa atenção para a página 6, da forma como está escrito, engana, porque de facto não se pode pegar naquilo que são os gastos da Malaposta e tentar compensá-los apenas, e só, com o subsídio à exploração. Então e as receitas da empresa? -----

Já aqui vos provei, está no relatório, que o total assumido deste diferencial são apenas sessenta mil euros, portanto este devia ser o valor do nosso subsídio à exploração, porque é para isso que ele serve. -----

Estamos a iniciar um novo mandato, dentro de pouco tempo vamos iniciar um novo mandato, as nossas posições relativamente à Municpália de um ponto de vista do conceito da empresa, continuaremos a manifestar, mas nunca deixaremos de olhar para a questão dos números como uma questão fundamental e de transparência. -----

Senhora Presidente, este relatório para além de nos deixar muito preocupados, deve deixar, com certeza, a Senhora Presidente preocupada porque não há luz ao fundo do túnel, já se fez tudo, as receitas geradas

pelo novo "elan" do Pavilhão Multiusos, nomeadamente em relação aos Ginásios já se fazem sentir, os gastos de investimento do Pavilhão Multiusos, para receber um conjunto de atividades, reportam-se ao exercício de 2012, portanto nós devíamos estar aqui em velocidade cruzada a aumentar as nossas receitas, a diminuir as nossas despesas, e não estamos. -----

E uma última nota, Senhora Presidente comprova-se hoje que aquilo que nós dizíamos relativamente ao contrato com o Sporting Clube de Portugal foi um péssimo negócio para a Câmara. Desculpem, vão-se embora, ainda não pagaram o que devem e relativamente às despesas que tinham que assegurar, nomeadamente, segurança e manutenção, ainda somos nós que pagamos, e isso está refletido nos documentos. Veja-se como dispararam os valores relativos à limpeza e à segurança, que não tem a ver só com o Sporting, é verdade, tem a ver também com um conjunto de outras realizações que a Câmara e outras entidades lá vão promovendo e quando assim o necessitam, mas isto não é forma de gerir uma casa. Senhora Presidente, em relação à Municpália, o único setor onde há um equilíbrio, e tem que ser gerido diariamente com muita cautela, é mesmo o setor das piscinas, porque o Multiusos tem sido um cancro na contabilidade da empresa e temos que reconhecer isso, portanto, quando nós, há algum tempo, dizíamos que a Senhora Presidente estava a entregar um presente envenenado à Municpália, com a gestão do equipamento, e logo a seguir com o contrato com o Sporting, não eram aqueles 10.000 euros por mês que iam resolver o problema. -----

A Municpália hoje tem gravíssimos problemas para gerir aquele equipamento e para o manter rentável, ou pelo menos para encontrar algum equilíbrio, ao que se soma o desequilíbrio normal da Malaposta mas não, na dimensão em que é apresentado e nós temos que, à luz daquilo que nos é dito pela contabilidade analítica, nós temos que rever a questão do subsídio à exploração Senhora Presidente, porque se o subsídio à exploração se é de facto para corrigir este desequilíbrio então temos que fazer contas porque agora temos um novo instrumento que até nos permite dizer qual é o custo social da Câmara nesta empresa. Disse." -----

A Senhora Presidente, pela bancada do PS, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:---

Muito obrigada Vereador -----

Em relação às questões que colocou da notícia, por acaso li muitas notícias sobre a Assembleia Geral, o resumo da Assembleia Geral, essa em particular não tenho, e portanto, vou localizá-la e vai-me remeter e obviamente que vamos pedir esclarecimentos, porque se há coisas que não admitimos é verdadeiramente quem incumpriu ainda reverter as coisas em sentido desfavorável ou negativo em relação ao Município de Odivelas. Portanto aquilo que está neste momento a decorrer obviamente e que será assinado é o acordo de rescisão e de término do relacionamento existente no que diz respeito à ocupação do Multiusos e

obviamente, o pagamento do que está em dívida, e traremos obviamente em breve, até porque neste momento não podemos estar ainda em gestão corrente, faremos a reversão obviamente dos terrenos para o Município de Odivelas e portanto irei fazer o necessário pedido de esclarecimento para o Sporting, porque não sabemos se foi esse o contexto ou se foram essas as palavras que o Presidente utilizou, ou seja, não coincide com aquilo que tem estado a decorrer e com o clima e o ambiente que tem presidido a este processo e caso isso se confirme obviamente o Município fará o seu devido desmentido e entrará numa rota que não queríamos entrar mas se tiver que ser iremos fazê-lo a bem do bom nome do Município de Odivelas. Em relação ao relatório do 2º Trimestre obviamente que também fiquei muito apreensiva com o mesmo. Estou crente que os próximos meses e o próximo relatório poderá ter uma evolução mais positiva, dizer que já fizemos a reposição dos resultados líquidos negativos, portanto isso já foi repostado e também já procedemos a pelo menos cerca de 50.000€ do valor que estava em dívida e estamos a pagar os cerca de 70.000€ mensais que transferimos para a Municípalia. Portanto penso que a conjugação desta situação bem como o pagamento do Sporting, poderá minorar alguns dos aspetos, mas não todos, e tal como disse obviamente, iremos fazer o início de mandato autárquico, um novo ciclo e todas estas questões terão que ser avaliadas. Quero acreditar que da parte do multiusos, não obstante de ser de facto complexo a gestão e os custos fixos da água, luz, gastos do espaço em causa, nunca escamoteamos essa situação, mas quero acreditar que é possível potenciar a nave 1 de outra maneira, que não foi possível até por efeitos do acordo do Sporting, e que a nova administração irá fazer um plano sustentado para os próximos anos, até como forma de garantir a sobrevivência da empresa, porque se a rota continuar nesta maneira, obviamente que se a conseguirmos salvar numa primeira fase, numa segunda fase poderá não ser fácil o resgate, e a sobrevivência da Municípalia face ao novo enquadramento legal e às exigências legais que existem. Estou a acompanhar com grande preocupação esta situação. Como diz há setores que são setores autossustentáveis e que podem ainda ter melhores equilíbrios, como é o caso das piscinas, acredito que o setor dos bares também pode melhorar, fruto de uma melhor gestão, e que tem potenciais de crescimento que não estão ainda obviamente totalmente fixados e consolidados e portanto com a devida atenção e monitorização iremos avaliar os próximos tempos, preocupada que estou obviamente com esta situação, até porque os novos tempos serão tempos de grandes dificuldades, dificuldades acrescidas, está aí o Orçamento para 2014, a Lei das Finanças Locais e tudo indica que iremos ter menos transferências do Orçamento de Estado até porque as Juntas de Freguesia passarão também a ter mais algumas receitas que são retiradas ao Município e portanto teremos que avaliar estes impactos. A primeira avaliação é que a Câmara Municipal perderá com efeito de transferências para as Juntas de Freguesias, cerca de um milhão e meio de euros e portanto vamos ver de que forma iremos combater esse impacto ou diluir esse impacto no futuro, em termos da nossa própria gestão. Nesta fase eram estas as notas que queria partilhar convosco, acreditando que o próximo trimestre possa ser melhor mas que não diminui o nosso nível de preocupação e a vontade obviamente de agarrar um plano de sustentabilidade futura para a Empresa e

para os tempos difíceis que ai se advinham. Em relação ao envio do relatório, nós só o recebemos como está aqui no carimbo, no dia 26 de setembro, portanto, não ficaria com os documentos por qualquer outro motivo.” -----

A Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira referiu-se às AEC's que ainda não estão em funcionamento; à Escola do Olival de Basto onde foram colocados funcionários Municipais para colmatar a ausência dos professores das AEC's; e sobre a devolução e reutilização dos Manuais Escolares cedidos às crianças pela Câmara Municipal. -----

A Senhora Vereadora Fernanda Franchi que prestou esclarecimentos às questões colocadas. -----

A Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira solicitou outros esclarecimentos relativamente à entrega dos Manuais Escolares e à colocação dos funcionários municipais na Escola do Olival de Basto. -----

O Senhor Vereador Carlos Bodião referiu-se à entrega, devolução e reutilização dos Manuais Escolares e à colocação dos trabalhadores do Município na Escola do Olival de Basto. -----

O Senhor Vereador Paulo César Teixeira referiu-se à entrega, devolução e reutilização dos Manuais Escolares e sobre a colocação dos trabalhadores do Município na Escola do Olival de Basto. -----

A Senhora Presidente prestou esclarecimentos relativamente à colocação dos trabalhadores do Município na Escola do Olival de Basto. -----

O Senhor Vereador Hernâni de Carvalho, Independente, eleito pela coligação “Em Odivelas Primeiro as Pessoas”, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Senhora Presidente, bom dia a todos -----

Eu não resisto a perguntar-me a mim próprio se em presença de um fogo discutimos se a pessoa tem ou não curso de bombeiro. É para apagar o fogo ou não? -----

Eu acho que há limites para estar em desacordo, e neste caso a avaliar pelas explicações da Senhora Vereadora, era uma questão transitória e portanto não vejo motivo sequer para esta discussão, eu quando tenho fogo quero mais é que me apaguem o fogo. -----

Será que andamos sempre com um questionário na mão a perguntar a todas as pessoas que contactam com os nossos filhos se tem capacidade pedagógica? Fizemos exames às tias e aos tios e aos avós, já agora? Enfim. -----

Quanto à coisa dos manuais, isto de ser velho tem esta vantagem, não é? Eu sei como é que se estudava na União Soviética, tive a oportunidade de a visitar vezes suficientes para saber, e para conhecer bem, como é que os materiais, ou não materiais escolares, circulavam quer na primária, quer na universidade e contudo a cadela foi na mesma para o espaço, portanto há que haver limites para tudo, eu quando não estou de acordo, não estou mesmo, mas há limites para tudo, quer dizer, a cadela não foi lá para o espaço? Não há cosmonautas? E os livros são para ser vividos? São, são para ser vividos. E no tempo da outra senhora aqui também viveram os livros. Eu ao fundo desta rua fiz exame da quarta classe e não há história do meu manual por ter sido escrito e não poder ter sido usado por outras pessoas, portanto, eu acho que é um não assunto, com o devido respeito, e é muito, pelos Vereadores da CDU, mas é um não assunto. Bom. Posto isto deixe-me V. Exa. cumprimentá-la porque V. Exa. assina os seus mandatos sempre com estátuas do D. Dinis, desta vez foi aqui dentro, a imagem é boa, neste caso é uma estátua, eu pelo desculpa ao Senhor Vereador, se não tem a definição aí vá ao Google e veja a diferença, há quatro anos V. Exa. pôs na Avenida D. Dinis uma escultura que é aquilo que cada um entender, a mim parece-me que o homem está na casa de banho, mas enfim, eu respeito os artistas porque me ensinaram a respeitar os artistas. -----

Espero que com este mandato, portanto, no próximo mandato V. Exa., arranje um sítio para pôr o D. Dinis fora da casa de banho, porque de facto aqui ele está brilhante e é de facto uma estátua, não uma escultura de novo, que nos faz lembrar que, em tempos isto não era do Estado, era dele e foi ele que deu, da propriedade dele, aos outros, parece que o Homem ia adivinhar que um dia haviam de discutir aqui quem é que dava os manuais, parece, mas não é verdade, seja como for, pedi para falar para dar os parabéns a V. Exa. pela ideia brilhante de assinar os seus mandatos com representações do D. Dinis, fica-lhe muito bem, a dar-lhe os parabéns pela vitória retumbante e esclarecedora nestas eleições, aproveitar também para dar os parabéns ao próprio do D. Dinis que hoje também faria anos, e ao Vereador Paulo Aido que hoje faz anos. Portanto hoje toda a gente está de parabéns, quase! Dar os parabéns à CDU, pela vitória crescente, desta vez ninguém vai poder dizer que a CDU disse que foi uma grande vitória, que não ganhou nada, ganhou mesmo, portanto dar também os parabéns à CDU e até dar os parabéns ao Vereador Carlos Bodião que foi eleito e hoje fez aqui o seu "discursozinho" já para justificar mais um "pelourozito", o que faz todo o sentido. -----

Meus caros amigos, isto é verdade, só deve ser premiado quem trabalha, não é? E portanto só deve ser premiado quem trabalha e nós vamos vendo, eu tive a oportunidade de ver, ao longo destes quatro anos, tivemos todos oportunidade de ver, portanto quem trabalha deve ser premiado e os vereadores da CDU trabalharam muito, fizeram uma campanha muito ativa, foram premiados ganharam mais um Vereador, o Vereador Carlos Bodião tem o seu trabalho à vista, portanto também deve ser premiado, o PS trabalhou

muito e portanto foi premiado, até se pode não estar de acordo com o trabalho, tem é que se reconhecer que as pessoas trabalharam, portanto se me permite, dar também os parabéns ao Presidente da Concelhia do PS, que entrou para a história, o Senhor Vereador entrou para a história, é o homem que tem a maior vitória socialista da história da democracia, e já agora aproveito para entrar também para a história por ser o único que lhe dei os parabéns publicamente não sendo militante do PS, mas reconhecidamente os meus parabéns pelo resultado que teve, só significa que quem trabalhou foi premiado, quem não trabalhou temos pena, não é? Faz parte, Desculpem lá alguém viu por aí a Vereadora Sandra Pereira? É que já na última reunião não a vimos, agora também não, é que deve estar com algum problema de azia, não sei, ou então mudou de atitude, se calhar foi isso, e portanto dar os parabéns a toda a gente, V. Exa., torno a dizer, assina os seus mandatos com estátuas e representações do D. Dinis, o que só lhe fica bem. Foi para mim normal a história da carta para os pais, no futebol também é assim, pode-se marcar golos de todas as maneiras, menos com a mão, e elas contam é lá dentro, e portanto, escreveram uma carta, temos pena o Governador também escreveu, foi demitido a seguir mas escreveu, lá enganou mais meia dúzia, e foi o suficiente, portanto desde que seja dentro das regras do jogo parece-me muito bem. -----

Para terminar queria dizer aqui que continuo a não estar de acordo com o problema das atas destas reuniões, e no caso específico, como há dois crimes que envolvem pelo menos estas atas, porque foram aqui denunciados dois casos de corrupção, se for verdade são casos de corrupção, se for mentira são denúncias caluniosas, portanto convém que as atas sejam, eu tenho as atas para mim, aliás tenho-as feito e pago com o dinheiro do meu bolso, mas, isto levanta um problema porque daqui por um ano se uma ata aparecer publicada que não seja igual àquela que eu tenho, vamos ter que resolver o problema. Não me parece que seja uma boa ideia manter esta distância com as atas, até, pela lição que a Assembleia Municipal acaba de dar sobre essa matéria, eu guardarei as minhas e darei conta disso, a todo o tempo, e a todas as entidades que assim o entenderem, porque, amanhã virem dizer que o Vereador Hernâni disse na reunião, menos, lá por ser daqui por dois é preciso ter cuidado com isso, continuo, como fiz no primeiro, no último dia a dizer que, esta forma de ter as atas das reuniões vai dar problemas mais dia menos dias, deixo esse alerta a V. Exa. bem junto à caixa de Rennie que aquele Senhor deve ter ali dentro do bolso porque de certeza que vai ouvir muita coisa ao longo da história dos próximos anos aqui nas reuniões, portanto é tudo o que tenho a dizer. Parabéns a todos e dizer que foi uma honra poder servir na minha terra, ao longo destes quatro anos, todas as vezes em que estive de acordo e todas as vezes em que não estive de acordo, porque mesmo não estar de acordo é na mesma servir, disse.” -----

A Senhora Presidente agradeceu as saudações do Sr. Senhor Vereador Hernâni Carvalho, desejando-lhe todo sucesso profissional e pessoal. -----

A Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira referiu-se ao modelo de empréstimo dos manuais. Referiu ainda, relativamente às AEC's, a substituição de professores pelos animadores do desporto escolar e à existência de turmas ainda sem professores.-----

O Senhor Vereador Rui Francisco informou que não foram só técnicos do desporto escolar que estiveram nas escolas, e que mesmo que assim fosse, o trabalho, no âmbito do desporto escolar, é para o desenvolvimento de projetos municipais, na área do desporto, em articulação com a escola, não é para tomar conta de crianças e que os Vereadores da CDU colocam reservas em relação a funcionários do município, que tenham um conteúdo funcional e vínculo à administração local, devidamente estabelecido, que sejam afetos a este tipo de atividades, ao contrário, de outros projetos da Câmara, que sejam na área da promoção do desporto ou de outra atividade qualquer na escola.-----

A Senhora Vereadora Fernanda Franchi que prestou esclarecimentos às questões colocadas referindo o Contrato de Execução que dá responsabilidade à Câmara pelas AEC's, e que a intenção da Câmara foi colaborar, auxiliar e minimizar os problemas dos pais e que cada agrupamento encontrou a solução que melhor conseguiu. Informou que, neste momento, os agrupamentos já conseguiram fazer a contratação de professores através da plataforma informática, que já foi validada pela DGEST e estão agora na análise dos currículos para a seleção dos professores. Relativamente aos livros informou que até agora a Câmara Municipal não recolheu qualquer livro, os livros foram efetivamente todos dados às famílias mas que ainda assim faz todo o sentido a redistribuição dos livros às famílias.-----

O Senhor Vereador Independente, Paulo Aido relativamente à redistribuição dos manuais escolares considera uma injustiça relativa dar o manual escolar a crianças de agregados familiares com rendimentos económicos diferentes. Manifestou-se honrado e privilegiado pelo seu trabalho efetuado e desejou as maiores sortes ao Executivo em benefício da população de Odivelas. -----

O Senhor Vereador Paulo César Teixeira referiu-se à forma como a CDU tem esclarecido os pais e os cidadãos relativamente ao assunto da distribuição dos manuais escolares e relativamente à intervenção do Senhor Vereador Paulo Aido referiu que a pobreza não é localizada, está cada vez mais fora dos nossos olhos e ao nosso lado e que nunca são demais as medidas que se possam tomar. -----

A Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira, pela bancada da CDU, proferiu uma declaração política "Resultados Eleitorais da CDU no Concelho de Odivelas. A Vitória da Esperança sobre a Desilusão e o Descrédito", que seguidamente se transcreve: -----

“As eleições autárquicas realizadas no passado dia 29 de setembro, abrem um novo ciclo político no Concelho de Odivelas. -----

Nesta campanha eleitoral a CDU promoveu uma ampla ação de esclarecimento e divulgação das suas propostas, percorreu os bairros de cada freguesia, as instituições de reformados e outras, as escolas, as coletividades e associações de bombeiros. -----

Testemunhámos o desânimo e os dramas de muitas pessoas com quem contactámos, provocados pelo desemprego, pelos baixos salários, pelas pensões e reformas que mal chegam para as despesas básicas, fruto de uma política desastrosa que sacrifica até à exaustão os que menos têm e menos podem. Testemunhámos também que a política no plano local, ao contrário do discurso oficial, acentuou desigualdades e abandonou as populações mais carenciadas, a quem tudo prometeu em vésperas de eleições e não cumpriu nos mandatos subsequentes e que voltou agora, em vésperas de novas eleições, com as mesmas promessas. -----

A CDU afirmou-se como uma força política diferente: fomos ao contacto direto, com as populações das diversas freguesias: com desempregados, trabalhadores, reformados, jovens, mulheres, pessoas com deficiência, pequenos e médios comerciantes. Ouvimos muito, e não fugimos desse contacto. Sentimos a raiva, o sentimento de injustiça pelas políticas que outros realizaram e realizam no governo, na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia. Fomos uma força que soube dialogar e ouvir, que falou de igual para igual, que falou verdade sobre os problemas do país e do concelho. -----

Aprofundámos o conhecimento da realidade do concelho nas suas múltiplas dimensões, e como ela se repercute na vida da grande maioria dos que vivem, trabalham e estudam no Concelho de Odivelas. -----

Este património de conhecimento enriquece e potencia o valor do projeto autárquico da CDU assente no trabalho, honestidade e competência como marca distintiva do exercício do poder e tendo por base a intransigente defesa de uma gestão pública, rigorosa e transparente, a defesa dos serviços públicos e da qualidade de vida das populações, e uma estreita ligação dos seus eleitos à população. -----

Quanto aos resultados eleitorais, o PSD perdeu dois vereadores na Câmara Municipal e desceu estrondosamente a sua votação em todos os órgãos autárquicos, perdendo ainda a freguesia de Odivelas.

O PS, mesmo perdendo votos em termos absolutos, elegeu mais um vereador, o que lhe deu a maioria absoluta na Câmara. O mesmo não aconteceu na Assembleia Municipal onde também perdeu votos ficando com maioria relativa.-----

A CDU passou de terceira para segunda força política e reforçou mandatos no concelho, confirma-se como uma força autárquica prestigiada e imprescindível no concelho de Odivelas. Elegeu mais um vereador, passando de 2 para 3; elegeu mais dois elementos para a Assembleia Municipal, passando de 7 para 9. Na assembleia de freguesia de Odivelas, aumentou 1 eleito. -----

O excelente resultado na freguesia de Ramada/Caneças, no contexto do novo mapa administrativo e das dificuldades que essa realidade trouxe ao eleitorado, constitui uma importante vitória. As populações de

Ramada e Caneças reforçaram a sua confiança no trabalho, competência e honestidade que a CDU tem vindo a desenvolver ao longo destes anos na gestão destas freguesias e que está em condições de prosseguir no mandato autárquico que agora se iniciará. -----

O resultado da CDU no Concelho de Odivelas é uma vitória da confiança e da esperança sobre o descrédito e o conformismo. Estes resultados eleitorais são um incentivo à continuação da nossa luta e do trabalho junto da população por melhores condições de vida, assim como serão postos ao serviço da luta contra as Parcerias Público Privadas e pelo combate à privatização da água. -----

No plano nacional a CDU foi a única força política que obteve nestas eleições autárquicas mais votos, maiores percentagens e maiorias: conquistou dez novos municípios o que, apesar da perda de outros quatro, se traduz no aumento de maiorias de 28 para 34 (o maior número desde as eleições autárquicas de 1997). A CDU afirmou-se como força maioritária na Área Metropolitana de Lisboa. -----

Num quadro de um significativo aumento da abstenção e da ofensiva ideológica dirigida contra os partidos e os políticos, a CDU reforçou as suas posições, desmentindo pelo seu percurso de trabalho, honestidade e competência a ideia difundida de que os “partidos são todos iguais”. -----

A vitória da CDU no concelho de Loures, para além dos benefícios que trará àquele concelho, terá reflexos muito positivos no concelho de Odivelas, particularmente no que respeita ao funcionamento dos SMAS e ao abastecimento de água, saneamento básico e higiene urbana neste concelho. Esta vitória fará cair por terra todos os argumentos até agora usados pelo PS e pelo PSD para justificar a privatização da água e saneamento básico. -----

A população do concelho de Odivelas pode contar com a CDU na luta a travar contra os efeitos devastadores de subordinação ao memorando da troika subscrito pelo PS, PSD e pelo CDS-PP cujos efeitos se fazem sentir com grande intensidade no nosso concelho. -----

Os Vereadores da CDU” -----

A Senhora Vereadora Fernanda Franchi, pela bancada do PS, proferiu uma declaração política “Comemorações do Mês do Idoso”, que seguidamente se transcreve: -----

O relatório “Índice Global de Envelhecimento 2013” elaborado pela organização HelpAge International com o financiamento do Fundo Mundial de População das Nações Unidas (UNFPA) é o primeiro índice que mede a qualidade de vida e de bem-estar das pessoas idosas em todo o mundo. -----

A apresentação do estudo realizado pela HelpAge International coincide com o Dia Internacional das Pessoas Idosas, que se assinalou no dia 1 de outubro. -----

Nos dados específicos sobre Portugal, o relatório aponta que o país tem já uma elevada percentagem (26,6%) de pessoas idosas, sendo expectável que esse valor aumente para 40,4% até 2050 e fazendo com que Portugal passe de oitavo para segundo lugar relativamente à população idosa, entre 195 países. -----

Por outro lado, a organização aponta que há 90,5% de pessoas com mais de 50 anos que sentem que a sua vida tem significado, em comparação com pessoas com idades entre os 35 e os 49 anos que sentem o mesmo. -----

Segundo o estudo, que abrange 89% dos idosos originários de 91 países, o número de pessoas com mais de 60 anos (mais de 800 milhões de pessoas em 2012) supera atualmente as crianças com menos de cinco anos a nível mundial, prevendo-se que em 2050 ultrapasse os menores de 15 anos. -----

Em 2030, as pessoas com mais de 60 anos irão representar 16% da população mundial, subindo para 22% em 2050. -----

No nosso país, o Governo está a executar políticas que destroem os objetivos orientadores de políticas inovadoras para responder ao envelhecimento, e que provocam uma devastação nas mais variadas áreas de governação, através das medidas aplicadas, como os cortes na pensões em geral, bem como o novo corte aprovado e que entrará em vigor no próximo ano e que será aplicado a quem acumula mais de 600 euros por mês, entre a pensão de sobrevivência e viuvez e a reforma. -----

Tudo o que tinha vindo a ser construído pelo Partido Socialista, nomeadamente, na área social, e que até já tinha dado os seus frutos, num curto espaço de tempo, vemos desaparecer e com graves perdas para o cidadão comum. Hoje em dia poucas são as pessoas que não são alvo das medidas gravosas deste Governo, os mais vulneráveis são aqueles que mais suportam os custos desta Des/Governação. -----

Contrariando as medidas aplicadas pelo Governo, o trabalho dos autarcas do PS na Câmara Municipal, tem como preocupação primordial encontrar as melhores soluções e implementar as políticas mais adequadas para promover o desenvolvimento e a coesão social no território de Odivelas, sendo uma das áreas prioritárias, apesar da incerteza económica, a austeridade orçamental e o corte de transferências financeiras do Orçamento de Estado para as Autarquias. -----

O programa municipal das comemorações do Mês do Idoso prevê a realização de várias iniciativas, entre as quais se destacam a estreia de Peça de Teatro Sénior de Odivelas, "Academia dos Saberes" – Ateliê de Dança e Ateliê do Pão, o Concerto da Banda Maior, o IVº Encontro de Tunas e Coros Seniores e a Noite de Fados, bem como várias visitas a equipamentos culturais. -----

Importa ainda salientar que, o executivo municipal socialista e o PS de Odivelas constituem um exemplo impar do enorme sentido de solidariedade e de responsabilidade social que os caracteriza e permitido a criação de projetos diferenciadores, como a teleassistência, o convida a vida, o teatro sénior, as artes da saúde, a internet sénior, ou no alargamento da rede de equipamentos sociais, entre muitos outros. -----

A Presidente da Câmara e os Vereadores do PS" -----

A Senhora Presidente, pela bancada do PS, proferiu uma declaração política, que seguidamente se transcreve: -----

"Na noite de 16 de dezembro de 2001, António Guterres surpreendia o país ao anunciar a sua demissão do cargo de Primeiro-Ministro (PM). Não obstante ter vencido as eleições autárquicas realizadas nesse mesmo dia, onde o Partido Socialista obteve 34,12% da votação, com mais 5,9% do que o segundo partido mais votado (o PSD, com 28,22%), António Guterres, eleito dois anos antes, com 44,06% da votação, para o seu segundo mandato consecutivo à frente do governo, decidiu demitir-se na sequência da análise política global que realizou. -----

Embora tenha pesado na decisão o facto do PS ter perdido as eleições em Lisboa e no Porto para o PSD, ainda que por escassa margem (menos 0,28% em Lisboa e menos 4% no Porto) e de ter conseguido, em ambas as autarquias, o mesmo número de mandatos que o PSD (8 em Lisboa e 6 no Porto), as razões mais fortes que levaram à demissão de António Guterres prenderam-se com a análise que efetuou à conjuntura política do país e com o deficit de apoio que sentia. As eleições autárquicas de 2001 serviram, na perspetiva de Guterres, para evidenciar um contexto político, económico e social menos favorável para o exercício do cargo de PM na plenitude das suas faculdades, de acordo com os critérios de elevado rigor, extrema competência e inesgotável determinação a que Guterres sempre se obrigou ao longo da sua carreira política. -----

Aliás, Jaime Marta Soares, o autarca mais antigo do país, que tem estado à frente da CM Vila Nova de Poiares desde 1976 e dirigente do PSD, ainda no passado domingo na TVI reconheceu que António Guterres foi o Primeiro-Ministro que mais dignificou o Poder Local e melhores relações de colaboração e de complementaridade estabeleceu com as autarquias de todo o país, conferindo elevado grau de eficácia, estreita articulação e de desenvolvimento das políticas, o que se traduziu em progressos territoriais significativos e em melhorias importantes na qualidade de vida das populações. -----

Passados quase 12 anos da demissão de Guterres, igualmente no âmbito de um processo eleitoral autárquico, o país assiste a um novo fenómeno marcante. O PSD obteve, no dia 29 de setembro de 2013, a maior derrota eleitoral autárquica registada em quase 40 anos da história da democracia portuguesa. -----

Mas, as semelhantes entre os dois episódios terminam aqui. -----

Desde logo, pelos resultados dos dois atos eleitorais: Enquanto que o PS venceu as eleições autárquicas em 2001, o PSD, no passado dia 29 de setembro, pautou-se por uma derrota histórica, ficando ficou muito aquém do PS. -----

Senão vejamos: -----

No passado dia 29 de setembro, o PS registou uma percentagem de 36,25% dos votos (quase mais 20% do que o PSD (obteve 16,70%), o que corresponde a 1 milhão 811.648 de votos no PS (quase mais 1 milhão de votos do que o PSD (obteve 834.455 votos). O eleitorado confiou ao PS a presidência de 149

câmaras municipais (mais 30 que ao PSD), 119 das quais com maioria absoluta, elegendo 922 autarcas socialistas para os executivos municipais (mais 391 mandatos do que o PSD). -----

Apesar desta derrota estrondosa, Passos Coelho recusa-se a tirar ilações políticas dos resultados eleitorais e esforça-se por ignorar o significado que estes representam na realidade e que traduzem o sentimento de repúdio que se encontra instalado no país. Mais: Pedro Passos Coelho substituiu a ideia de fazer uma análise nacional dos resultados (tal como tinha afirmado à comunicação social, em Massamá, no dia das eleições), pela vontade teimosamente reafirmada em prosseguir com a sua política de austeridade no país e de empobrecimento dos portugueses. -----

Perante resultados desastrosos das suas políticas e medidas governativas, Passos Coelho, ao invés de reajustar as suas políticas ou de retirar consequências políticas mais sérias e condizentes com a seriedade política e, sobretudo, para com o interesse do país, opta por uma “fuga para a frente” perante um cenário de desastre, arrastando o país para um estado de degradação social e económica e de calamidade moral que dificilmente permitirão que o país recupere e que os portugueses se recomponham nas próximas gerações. -----

Acresce como agravante a falta de seriedade reveladas pelo governo e pela maioria parlamentar PSD/CDS-PP ao terem escondido do país ao longo das últimas semanas um conjunto de medidas já definidas e que o governo e a sua maioria de apoio pretendem implementar brevemente, as quais irão contribuir para o agravamento das enormes dificuldades dos portugueses. Aliás, há várias semanas que o PS tem vindo a denunciar e a alertar os portugueses, nomeadamente através do seu líder António José Seguro, para o fato de estar previsto mais um pacote de medidas extremamente penalizadoras e gravosas. Apesar das intenções dúbias para esconder a verdade e adiar o anúncio das suas intenções para um período pós eleitoral, os portugueses já conhecem a índole e o modus operandi deste governo e dos seus protagonistas. Os portugueses têm hoje a plena convicção de que Passos Coelho há muito que abandonou qualquer estratégia ou rumo e que esgotou as suas capacidades para encontrar soluções eficazes para o país. -----

A atuação do atual governo limita-se a realizar cortes sobre cortes sobre os rendimentos e prestações sociais, a criar subterfúgios para o agravamento da carga fiscal e a implementar medidas que não convivem com os princípios basilares da nossa sociedade e das sociedades mais desenvolvidas e modernas, quer no que concerne à sua organização social, quer quanto aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, como bem expresso e estabelecido na Constituição da República Portuguesa. A mesma Constituição que tem servido de “bode expiatório” para justificar os fracassos do governo. -----

Pedro Passos Coelho é hoje um homem esgotado, sem recursos nem capacidades, sem capital político nem credibilidade política e moral para conferir qualquer contributo válido para a salvação do país. -----

O apelo que o Primeiro-Ministro ontem fez aos economistas e comentadores no sentido destes colaborem na “reposição das expectativas” dos portugueses em virtude das novas medidas de austeridade que se

prepara para introduzir no âmbito do Orçamento de Estado 2014 (OE 2014), para além de um sinal claro de desespero de quem está à beira do colapso, constitui uma tentativa inadmissível para silenciar os especialistas e domar os comentadores de modo a evitar ou reduzir a análise e discussão das medidas vertidas na futura proposta de lei do governo para o OE 2014. Esta atitude revela, mais uma vez, a dificuldade que Passos Coelho tem em conviver com as mais elementares e saudáveis regras da democracia. -----

“A democracia é o pior sistema político, à exceção de todos os outros”. Esta afirmação de W. Churchill representa que a democracia, sendo reconhecidamente um processo imperfeito e inacabado, é aquele que prevê uma organização da sociedade que melhor satisfaz e dignifica a condição de cada indivíduo. -----

As políticas e medidas do atual governo secundarizam as pessoas privilegiando os interesses económicos. No entanto, este conceito de governação peca mortalmente ao ignorar que não há economia sem pessoas e que a economia deve estar ao serviço das pessoas, e não o inverso. -----

Esta é uma diferença insanável entre a atual liderança do PSD e o Partido Socialista. E, enquanto esta enorme clivagem existir, será inviável qualquer acordo de entendimento entre estas forças políticas, porque o PS nunca abandonará os princípios fundadores da democracia, da república e os valores humanistas. ----

A marca da governação socialista está bem evidente na Câmara Municipal de Odivelas, onde o PS definiu uma estratégia política que estabelece que os munícipes estão no epicentro das políticas e das medidas que têm vindo a ser implementadas, sobretudo desde 2006. -----

Esta estratégia política do PS, aliada ao trabalho determinado, coerente e competente realizado pelos autarcas socialistas no Concelho de Odivelas, permitiu que o Concelho e a sua população conhecessem uma evolução muito significativa ao nível de desenvolvimento, modernização e bem-estar. -----

Esta estratégia de progresso e de aumento da qualidade de vida foi reconhecida e incentivada a prosseguir pela população de Odivelas que, através da vontade expressa nas urnas, confiou no PS a responsabilidade e a honra de consolidar e desenvolver as suas políticas municipais. Uma vitória bem espelhada em votos e distância de mais de 18,9% em relação à CDU e de 21,3% em relação ao PSD. -----

Uma vitória bem espelhada em 124 das 126 mesas de voto (98,8%), onde o PS foi sempre a 1ª força para a Câmara Municipal. Mais Mandatos na Câmara Municipal, mais Mandatos na Assembleia Municipal e a responsabilidade de servir 3 das 4 uniões de freguesia, ou seja, significa acima de tudo mais responsabilidade e a vontade de servir. -----

Tal como consta no nosso compromisso eleitoral para o quadriénio 2013/2017, sufragado pela maioria absoluta dos eleitores odivelenses, o Partido Socialista irá continuar, com uma confiança revigorada e com igual sentido de responsabilidade, a preservar as pessoas como o objetivo maior e final das suas ações.

As funções sociais do Município, nomeadamente o setor da educação e da ação social, continuarão a merecer particular dedicação na estratégia política para o Concelho de Odivelas. O PS acredita que a

solução para o país vencer esta crise e retomar o rumo de desenvolvimento que já conheceu está no nosso capital humano. -----

Entendemos que o coração da Democracia mora no Poder Local e como tal estaremos sempre disponíveis para trabalhar com outras forças políticas na busca da felicidade coletiva, na defesa dos superiores interesses deste território face a outros, visando o bem-estar de todos. -----

O Partido Socialista, contrariamente ao governo e à maioria PSD/CDS que desistiu dos portugueses, aposta nas pessoas e acredita que os portugueses e o país serão capazes de encontrar e concretizar as melhores soluções para Portugal, sem comprometer os valores e princípios democráticos e promovendo a justiça, a igualdade, a coesão social e, sobretudo, a dignidade dos portugueses. -----

É assim em Odivelas, e será assim no país! -----

A Presidente e os Vereadores do PS." -----

A Senhora Presidente colocou para deliberação a retirada da Ordem do Dia dos seguintes pontos: --

5.1 - Proposta de Aprovação da Alteração ao Alvará de Loteamento nº 6/2007 do Bairro dos Carrascais, Freguesia de Caneças, para o Lote 94, em nome de Joaquim Augusto da Cruz Amado – Processo nº 9942/LO/GI. (DGOU) -----

5.2 - Proposta de Aprovação da Alteração ao Alvará de Loteamento nº 10/2002 do Bairro Sete Quintas (AUGI II), Freguesia de Caneças, para os Lotes 3 e 5, em nome de João Rosa Alves e Alfredo Francisco Pereira – Processo nº 1376/lo/GI. (DGOU) -----

5.3 - Proposta de Aplicação de Condições Especiais para o Pagamento das Taxas Devidas pela Emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento nº 3/2009 do Bairro Novo de Santo Eloy, Freguesia da Pontinha, para os Lotes 1, 2, 3, 4, 6, 11, 17, 18, 19, 20 e 50, instruído por Salomé dos Santos Marta e Outros – processo nº 47251/RC. (DGOU) -----

Colocado à votação, foi deliberado, por unanimidade, retirar os pontos da Ordem do Dia. -----

Os Senhores Vereadores Hernâni Carvalho e Paulo César Teixeira ausentaram-se do seu lugar. -----

I - APROVAÇÃO DE ATAS

1.1 – APROVAÇÃO DA ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS, REALIZADA A 20 DE OUTUBRO DE 2010.

Aprovado, por maioria, com os votos a favor da Senhora Presidente, dos Senhores Vereadores das bancadas do PS e do PSD e com a abstenção dos Senhores Vereadores da bancada da CDU e do Senhor Vereador Paulo Aido, Independente, eleito pela coligação “Em Odivelas Primeiro as Pessoas”, a ata da 6ª reunião Extraordinária, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 20 de outubro de 2010.

O Senhor Vereador Rui Francisco, pela bancada da CDU, proferiu uma declaração de voto que seguidamente se transcreve:

“Obrigado Senhora Presidente,

Muito provavelmente, por constrangimentos de organização, eu só recebi uma declaração de voto de alguma forma extensa para corrigir, na segunda-feira, não tive objetivamente tempo para o fazer, e em consciência não posso votar a favor esta ata.

A ata é de 2010, obviamente que existiu aqui algum problema para que me tivesse sido enviada na segunda-feira pelo que, naturalmente, não me vou pronunciar sobre ela, apenas dizer-vos que em consciência não posso votar a favor uma ata onde consta uma declaração de voto que não tive tempo para ler.

Consensualizámos aqui, sobre proposta da CDU, à qual a Senhora Presidente concordou, que para estas declarações de voto seria dado um prazo de cerca 10 dias para fazer a correção e que, aí sim, na ausência de correção, era tácito que os intervenientes concordavam, em relação a esta, objetivamente não o posso fazer.

Por estas razões e em consciência, a minha abstenção.”

Os Senhores Vereadores Hernâni Carvalho e Paulo César Teixeira retomaram o seu lugar.

II - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MUNICÍPIO

2.1 – 11ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - 13ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL. (DJGFP/DFA) -----

Presente, para deliberação, o proposto na Informação Interno n.º 2013/9032, de 2013-10-03, com despacho da Senhora Presidente, que seguidamente se transcrevem: -----

INFORMAÇÃO: -----

“Exmo. Senhor Diretor Municipal -----

Junto se envia a proposta da 11.ª Alteração Orçamental 2013, solicitando-se que, em caso de concordância, a mesma seja submetida a deliberação em próxima Reunião de Câmara.” -----

DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

“V. À SAOM, -----

Inclua-se na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara.” -----

Aprovado, por maioria, com os votos a favor da Senhora Presidente, dos Senhores Vereadores do PS e do PSD, e com a abstenção dos Senhores Vereadores da bancada da CDU e dos Senhores Vereadores, Independentes, eleitos pela coligação “Em Odivelas Primeiro as Pessoas”, a 11ª Alteração Orçamental, nos termos dos mapas anexos à informação acima transcrita. -----

A Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira, pela bancada da CDU, proferiu uma declaração de voto que será transcrita em ata. -----

“A aprovação dos orçamentos municipais tem contado sempre com o nosso voto contra, porque não nos revemos nas opções da coligação PS/PSD que tem gerido esta Câmara. -----

Em matéria de alterações orçamentais, temos pautado o nosso sentido de voto pela abstenção ou contra, sempre que, respetivamente, se regista um reforço no investimento de capital ou na despesa corrente. -----

Hoje, na alteração que acabou de ser aprovada e que reforça as despesas de capital, era nossa intenção votar contra, como forma de protesto pelo facto de a documentação apenas ter sido disponibilizada às 14 horas de segunda-feira, não se cumprindo o estabelecido no regimento. No entanto, após a justificação prestada, mantivemos a posição de abstenção. -----

Dado que frequentemente temos sido confrontados com situações destas e, também frequentemente, temos alertado para esse facto, sublinhando, por um lado que o regimento é para cumprir e, por outro lado porque, não tendo funções de gestão, estamos em clara desvantagem no conhecimento das propostas que são presentes a este órgão, esperamos, sinceramente, que no próximo mandato, que em breve se inicia, haja maior preocupação em facultar atempadamente a informação a que temos direito. -----

Os Vereadores da CDU" -----

A Senhora Vereadora Fernanda Franchi ausentou-se do seu lugar na reunião. -----

III - PROCESSOS MUNICIPAIS E DE PARCERIA E PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO ----- -----

3.1 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA MATRIZ PARA O CONCELHO DE ODIVELAS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE MELHORIA DA QUALIDADE DO AR NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO - (CCDR-LVT). (GVCMB) ----- -----

Presente, para deliberação, o proposto na Informação Interno n.º 2013/8759, de 2013-09-24, com despachos do Senhor Vereador Carlos Bodião e da Senhora Presidente, que seguidamente se transcrevem: -----

INFORMAÇÃO: ----- ----- -----

"Na sequência dos trabalhos coordenados pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), decorrentes de imposições legais em vigor, em matéria de gestão da qualidade do ar, para elaboração de matrizes de Políticas & Medidas (PMQA-LVT) foi assinado um Protocolo visando a melhoria da qualidade do ar no concelho de Odivelas e na Aglomeração da Área Metropolitana de Lisboa Norte. -----

Nos termos do disposto no protocolo celebrado entre a CCDR-LVT e esta autarquia, foi solicitado o envio de informação, através do e-mail com registo de entrada/2013/21350, relativo à aplicação das medidas implementadas no período de 2010 a 2012 para a melhoria da qualidade do ar no concelho de Odivelas. ----

De modo a poder dar resposta à solicitação apresentada pela CCDR-LVT, procedeu-se à recolha de informação junto de várias unidades orgânicas, que via correio eletrónico, fizeram chegar os contributos possíveis para o preenchimento dos indicadores, reunindo elementos que permitem completar a informação já fornecida em anos anteriores no preenchimento da matriz. -----

A matriz contém medidas que podem contribuir para a melhoria da qualidade do ar, de acordo com obrigações nacionais para com a Comissão Europeia, das quais resultaram os planos de melhoria da qualidade do ar e os respetivos programas de execução. -----

Tendo em conta o estabelecido no programa de execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar da região de Lisboa e Vale do Tejo, a CCDR-LVT deve promover a Publicação anual dos Indicadores de Monitorização referidos para cada Política e Medida, produzidos com base na informação enviada pelas autarquias envolvidas no Plano. -----

De forma a efetivar o compromisso da Câmara Municipal de Odivelas no processo de elaboração do Programa de Execução do PMQA-LVT para os Planos e Programas de Melhoria da Qualidade do Ar na região de Lisboa e Vale do Tejo, sugere-se apresentar e propor ao executivo municipal a aprovação da Matriz de Políticas & Medidas a adotar para a Melhoria da Qualidade do Ar no Concelho de Odivelas para posterior envio à CCDR/LVT e divulgação.” -----

----- “PROTOCOLO -----
----- ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS -----
----- E A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL -----
----- DE LISBOA E VALE DO TEJO -----

Entre, -----
A Câmara Municipal de Odivelas adiante designada por CMO, neste acto representada pelo -----

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, adiante designada por CCDR-LVT, neste acto representada pelo seu Presidente, Eng.º António Fonseca Ferreira. -----

Considerando que: -----

1 - A Directiva Quadro da Qualidade do Ar, Directiva n.º 1996/62/CE, de 27 de Setembro, transposta para o direito interno através do Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 279/2007, de 6 de Agosto, estipula no seu artigo 8.º que os Estados-Membros devem tomar medidas para garantir que sejam elaborados e aplicados Planos e Programas para Melhoria da Qualidade do Ar nas áreas em que os níveis de um ou mais poluentes são superiores ao valor - limite. -----

2 - Ao nível nacional e decorrente do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 276/99, a responsabilidade de elaboração dos Planos e Programas foi atribuída às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. -----

- 3 - A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, em cumprimento com o disposto no referido diploma e tendo por base a avaliação da qualidade do ar no período 2001-2004, elaborou o Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo, aplicável às aglomerações da Área Metropolitana de Lisboa Norte, Área Metropolitana de Lisboa Sul e Setúbal - áreas delimitadas de acordo com a definição constante do artigo 2.º do Decreto-Lei citado - nas quais se registaram níveis dos poluentes, partículas PM10 e dióxido de azoto (apenas na primeira das aglomerações referidas), superiores aos valores limite, acrescidos da respectiva margem de tolerância. -----
- 4 - O município de Odivelas está inserido na aglomeração da Área Metropolitana de Lisboa Norte. -----

Considerando ainda que: -----

- 1 - O Plano de Melhoria da Qualidade do Ar da Região de Lisboa e Vale do Tejo foi aprovado pela Portaria n.º 715/2008, de 6 de Agosto. -----
- 2 - De acordo com o disposto no artigo 9.º-B do Decreto-Lei n.º 279/2007, de 6 de Agosto, no prazo máximo de seis meses a contar da publicação da Portaria n.º 715/2008, a CCDR-LVT deve apresentar uma proposta de Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Este Plano servirá de base ao Programa de Execução, no qual serão definidas as acções a realizar para a sua concretização e respectiva calendarização, quais as entidades responsáveis pela execução dessas acções, bem como os indicadores para avaliar a sua eficácia. -----
- 3 - A proposta de Programa de Execução, cujas medidas serão de execução obrigatória pelas entidades aí identificadas como responsáveis pela sua aplicação, será submetida à tutela para aprovação por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pela área do ambiente e pelas áreas de execução das medidas nele previstas, podendo a sua concretização ser ainda objecto de protocolos entre a CCDR-LVT e os municípios, no caso de medidas da sua responsabilidade. -----
- 4 - Na área abrangida pelo concelho de Odivelas a execução das medidas constantes do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar é da responsabilidade de um conjunto de entidades, entre as quais a CMO. -----

Visando a melhoria da qualidade do ar no concelho de Odivelas e na Aglomeração da Área Metropolitana de Lisboa Norte, é celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo, que se regerá pelas cláusulas seguintes: -----

----- Cláusula Primeira -----
----- Âmbito -----

O presente Protocolo visa a implementação de um conjunto de medidas concretas a executar pela CMO em articulação com a CCDR-LVT, com vista à melhoria da qualidade do ar. As medidas constantes do presente

protocolo integrarão o Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo. -----

----- Cláusula Segunda -----

----- Responsabilidades da CMO -----

- 1 - No âmbito das suas competências, a CMO compromete-se a desenvolver as acções constantes da matriz anexa ao presente protocolo nos prazos aí estipulados, tendo em vista a melhoria da qualidade do ar.
- 2 - A CMO compromete-se ainda a disponibilizar anualmente um ponto de situação relativo ao cumprimento das medidas e a disponibilizar toda a informação necessária à monitorização das mesmas. Esta informação deverá ser disponibilizada à CCDR-LVT até ao fim do primeiro semestre do ano seguinte. -----

----- Cláusula Terceira -----

----- Responsabilidades da CCDR-LVT -----

Para além das suas competências específicas no âmbito da avaliação e gestão da qualidade do ar, a CCDR-LVT compromete-se a: -----

- 1 - Colaborar com a CMO na avaliação e aplicação das medidas constantes do presente protocolo, facultando toda a informação necessária ao seu cumprimento; -----
- 2 - Assegurar apoio técnico para a concretização das medidas previstas. -----
- 3 - Até ao final do mês de Outubro de cada ano, a CCDR-LVT elaborará um relatório dos resultados obtidos no ano anterior, tendo também em consideração os resultados das estações da sua rede de monitorização da qualidade do ar e o sucesso global da aplicação das diferentes medidas definidas a nível nacional, regional e local. -----

----- Cláusula Quarta -----

----- Responsabilidades conjuntas da CCDR-LVT e CMO -----

A CMO e a CCDR-LVT comprometem-se a analisar anualmente e em conjunto, os resultados obtidos no ano anterior e, caso necessário, a reavaliar as medidas em curso de âmbito municipal, promovendo alterações às mesmas ou introduzindo novas medidas. -----

----- Cláusula Quinta -----

----- Alterações -----

Qualquer alteração ao disposto no presente protocolo só será válida se realizada através documento escrito e devidamente assinado pelas partes. -----

O presente Protocolo, composto de oito páginas e dele fazendo parte integrante um anexo, foi feito em duplicado, ficando um exemplar, devidamente assinado, na posse de cada uma das partes. -----

----- A Presidente da Câmara Municipal de Odivelas -----

----- O Presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo -----

----- António Fonseca Ferreira -----

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR: -----

“À Sr.ª Presidente para agendamento à próxima Reunião de Câmara, caso concorde.” -----

DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

“À SAOM, -----

Para incluir na Ordem de trabalhos da próxima Reunião de Câmara.” -----

Aprovado, por maioria, com os votos a favor da Senhora Presidente, dos Senhores Vereadores do PS e do PSD, e com a abstenção dos Senhores Vereadores da bancada da CDU e dos Senhores Vereadores, Independentes, eleitos pela coligação “Em Odivelas Primeiro as Pessoas”, a Matriz para o Concelho de Odivelas, no âmbito do Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar no Concelho de Odivelas, para posterior envio à CCDR/LVT, nos termos da informação acima transcrita. -----

O Senhor Vereador Rui Francisco, pela bancada da CDU, proferiu uma declaração de voto, que será transcrita em ata. -----

“Obrigado Sra. Presidente -----

“A primeira questão tem a ver com a legitimidade da deliberação, se assim lhe quisermos chamar. Pelas características que tem, não sei se este documento, que foi enviado à Câmara, neste caso pela CCDR, entidade com quem a CMO tem um protocolo, para nós não é claro se a resposta a ser enviada à CCDR tem de ser alvo de deliberação. -----

A outra questão para a qual devo chamar a atenção é o facto de o processo ter mapas completamente ilegíveis no suporte informático, nós não conseguimos perceber rigorosamente nada do que lá está, e não obstante aqui e ali reconhecemos que há matérias onde nesta área em concreto se podia ter evoluído mais, se podia ter feito mais, mas conjugadas estas duas questões que é a oportunidade da deliberação e o facto de alguns mapas nós não conseguirmos ler, vamo-nos abster em relação a esta matéria.” -----

3.2 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR DE ENCERRAMENTO PARA O ESTABELECIMENTO DENOMINADO “DOLCE & BIANCO”, SITO NA RUA AUGUSTO ALEXANDRE JORGE, LT 7, LOJA DTA. – FREGUESIA DE ODIVELAS. (DJGFP/DJFM) -----

Presente, para deliberação, o proposto na Informação Interno n.º 2013/7331, de 2013-07-22, com despachos do Senhor Vereador Paulo César Teixeira e da Senhora Presidente, que seguidamente se transcrevem: -----

INFORMAÇÃO: -----

“Senhor Vereador, -----

O presente processo foca exclusivamente problemas relativos a incómodos sentidos ao nível do ruído. Reclama o Condomínio e em especial o morador do 1º andar direito que do funcionamento do estabelecimento resultam diversos incómodos que afetam a tranquilidade e direito ao sossego da sua família. -----

Das diversas queixas apresentadas pelo reclamante a DJFM tem procurado fiscalizar e resolver as que são da sua área de intervenção e encaminhar as restantes. Tem, no entanto, procurado efetuar uma triagem e colocar nas prioridades a questão do ruído, porque é essa que, de facto, maior e mais desgaste causa a quem é afetado, neste caso o reclamante e a sua família. -----

Considerando que as queixas se têm feito sentir com alguma intensidade, este serviço realizou uma avaliação respeitante ao ruído gerado pela atividade e verificou que assiste razão aos reclamantes, tendo sido obtido o valor de 13 dB(A) para a diferença entre o valor do nível sonoro contínuo equivalente do ruído ambiente e o valor do nível sonoro contínuo equivalente do ruído residual. Para a situação analisada, o máximo permitido é de 5 dB(A). -----

Seguiram-se as habituais e necessárias notificações ao agente económico para reposição da legalidade. ----
Após ter finalizado o prazo fixado para resolução do problema, nada foi comunicado ao Município, não tendo sido entregues os relatórios técnicos solicitados. Ao longo do tempo, o reclamante foi informando que a situação se mantém, informação reiterada recentemente. -----

Foi elaborada comunicação deste serviço ao responsável pela atividade, informando da intenção de propor o encerramento atendendo a não existir desenvolvimento nem mitigação dos incómodos. -----

Em resposta, a advogada do agente económico apresentou exposição solicitando que não fosse aplicada a medida cautelar. Contudo, os argumentos aduzidos não mereceram acolhimento, o que lhe foi comunicado e explicado. -----

Nestes termos, e considerando que: -----

- o direito ao sossego é um direito fundamental e constitucionalmente prioritário; -----
- considerando que existiu tempo suficiente para que o agente económico pudesse realizar e executar medidas mitigadoras dos incómodos; -----
- considerando que foram carreadas provas pelo setor de ruído em como existe violação ao Regulamento Geral de Ruído, e finalmente; -----
- considerando que o Regulamento Geral do Ruído prevê a possibilidade de aplicação de medidas cautelares, nestas situações, precisamente para assegurar a proteção dos direitos supremos do sossego e tranquilidade, sustentados no art.º 27 ° do Regulamento Geral do Ruído e fundamentados nas informações dos serviços, nomeadamente as informações Interno 2013/4826, de 02 de maio, Interno/2013/5625, de 03 de junho e 2013/5767, de 05 de junho; -----

Propomos o encerramento provisório do estabelecimento, através da aplicação da medida cautelar, até que seja reposta a legalidade, certos de que, com este impulso certamente ficarão os responsáveis cientes de que a situação deve ser, de facto, resolvida em prol da saúde dos moradores. -----

Nestes termos e fazendo parte integrante da presente informação os documentos de fls. 164 a 166, 203 a 205 e 212 a 236, 237 a 242, 245, 248 e 249 onde consta a fundamentação técnica e de facto e de direito, bem como outros documentos julgados relevantes, proponho o envio a reunião de Câmara para apreciação e deliberação do Executivo Municipal, seguros de que é e deverá ser garantido o direito ao sossego dos ora reclamantes. -----

“Exa. melhor decidirá,” -----

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR: -----

“Concordo -----

À Senhora Presidente, -----

Proponho a inclusão do presente ponto na ordem de trabalhos da próxima reunião da Câmara Municipal.” --

DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

“À SAOM, -----

Para inclusão na O.T. da próxima Reunião da C.M.O.” -----

Aprovado, por unanimidade, a aplicação da medida cautelar de encerramento provisório do estabelecimento denominado “Dolce & Bianco”, sito na Rua Augusto Alexandre Jorge, Lt. 7, Loja Dta., na freguesia de Odivelas, nos termos da informação acima transcrita. -----

V - PROCESSOS PARTICULARES -----

5.1 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 6/2007 DO BAIRRO DOS CARRASCAIS, FREGUESIA DE CANEÇAS, PARA O LOTE 94, EM NOME DE JOAQUIM AUGUSTO DA CRUZ AMADO – PROCESSO Nº 9942/LO/GI. (DGOU) -----

Aprovado, por unanimidade, retirar este ponto da Ordem do Dia. -----

5.2 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 10/2002 DO BAIRRO SETE QUINTAS (AUGI II), FREGUESIA DE CANEÇAS, PARA OS LOTES 3 E 5, EM NOME DE JOÃO ROSA ALVES E ALFREDO FRANCISCO PEREIRA – PROCESSO Nº 1376/LO/GI. (DGOU) -----

Aprovado, por unanimidade, retirar este ponto da Ordem do Dia. -----

5.3 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O PAGAMENTO DAS TAXAS DEVIDAS PELA EMISSÃO DO ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 3/2009 DO BAIRRO NOVO DE SANTO ELOY, FREGUESIA DA PONTINHA, PARA OS LOTES 1, 2, 3, 4, 6, 11, 17, 18, 19, 20 E 50, INSTRUÍDO POR SALOMÉ DOS SANTOS MARTA E OUTROS – PROCESSO Nº 47251/RC. (DGOU) -----

Aprovado, por unanimidade, retirar este ponto da Ordem do Dia. -----

A Senhora Vereadora Fernanda Franchi retomou o seu lugar na reunião. -----

Eram onze horas e quarenta minutos quando a Senhora Presidente declarou encerrada a Reunião, dela tendo sido lavrada a minuta da ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos. -----

Com base na acima referida Minuta, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada pela Câmara Municipal, vai ser assinada pelo Senhor Presidente em Exercício, Edgar Valles e por Hernâni Boaventura, Diretor Municipal. -----

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL,



(Edgar Valles)

O Diretor Municipal:

